

O HISTEDOPR, A PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA E O CURRÍCULO BÁSICO PARA A ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE¹

Paulino José Orso

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar um pouco da trajetória e do significado do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR, que, em 2022 completou 20 anos.

Inicialmente, ao invés de comemorar este evento, em 2020, havíamos programado a realização de um Seminário em comemorações aos 30 anos do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, por meio do qual, o Estado institucionalizou a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a transformou na referência pedagógica oficial para toda a sua rede de ensino.

Contudo, fomos surpreendidos (2020) com a pandemia da Covid-19, e, como se tratava de uma atividade presencial, tivemos que adiar sua realização até que fossem providenciados os meios e se desencadeassem as condições adequadas à sua realização para evitar que a vida dos participantes fosse colocada em risco. Desse modo, acabou sendo adiado por dois anos, até o mês de setembro de 2022. Em função disso, readequamos a programação e comemoramos os 20 anos do HISTEDOPR e os 32 anos do Currículo Básico.

Apesar de ter trabalhado como professor colaborador na antiga Fecivel, em 1991, ou seja, antes da criação da Unioeste e do HISTEDOPR, e, na mesma condição, após a conclusão do mestrado, realizado na Unicamp, em 1996, e, como professor efetivo, a partir do início de 1997, não participei da criação do grupo, ocorrido em meados de 2002, pelos professores André Paulo Castanha e João Carlos da Silva. Contudo, após o retorno do doutorado, concluído na mesma instituição, em fevereiro de 2003, fui convidado por eles para participar do grupo e assumir a sua coordenação. Desde então, permaneço como líder do grupo.

A partir daí, iniciamos a organização do grupo. Criamos um Regimento e convidamos colegas e amigos, professores e alunos de diferentes Campis da Unioeste, inclusive, da Extensão de Santa Helena, e da comunidade externa para fazerem parte do grupo. Merece lembrar que, ainda que por um curto espaço de tempo, o nome do grupo era denominado de HISTEDBROPR. A partir de

¹ Texto escrito a partir da fala realizada no Seminário alusivo aos 20 anos do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR – e dos 32 anos do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, por meio do qual o Estado do Paraná institucionalizou a Pedagogia Histórico-Crítica e a transformou em referência pedagógica para toda a sua rede oficial de ensino, realizado no mês de setembro de 2022.

meados de 2004, decidimos mudar para HISTEDOPR, como o avocamos no atual momento.

Embora tivéssemos uma linha teórica bastante clara e definida, pautada pelo materialismo histórico-dialético, a princípio, não nos preocupamos muito com a concepção teórico-metodológica nem com a diversidade de concepções dos componentes que ingressavam no grupo. Entendíamos que, caso quiséssemos ampliar as possibilidades de realização de ações, necessitávamos de “muitos braços, pernas e cérebros”. Assim, definimos como prioridade inicial atrair pessoas para o grupo. Acreditávamos que na medida em que fôssemos realizando ações coletivas, por meio da prática, criaríamos as condições para nos afinarmos teórica e metodologicamente ou, se fosse o caso, nos distanciarmos.

Dessa forma, reunimos um grande grupo. Tínhamos presente os desafios decorrentes da heterogeneidade e os eventuais dissabores que poderiam advir. E como prevíamos, diversos colegas se desligaram do grupo. Alguns criaram seus próprios grupos. Outros, simplesmente acabaram se restringindo a atividades cotidianas e individuais.

Tendo em vista a heterogeneidade do grupo, para potencializar as ações e não engessar as atividades, ao mesmo tempo em que definimos pela realização de projetos coletivos, como foi o caso do projeto de “Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias acerca da educação brasileira”, proposto pelo HISTEDBR, também garantimos espaço e autonomia para que os integrantes pudessem desenvolver projetos de interesse e iniciativa próprios. Desse modo, por meio da unidade e autonomia conseguimos realizar muitas iniciativas, articulando a pesquisa, o ensino e a extensão, tripé sobre o qual se assenta o ensino superior de tipo universitário.

O HISTEDOPR, por sua vez, não é um grupo isolado, está vinculado ao HISTEDEBR, que é um grupo nacional, criado em 1986, pelo idealizador da Pedagogia Histórico-Crítica – PHC, professor Dermeval Saviani. No atual momento, o HISTEDBR reúne um coletivo de mais de 40 Grupos de Trabalho (GTs) espalhados pelo país. No caso da PHC, a despeito de ser uma construção coletiva, como destaca o próprio Saviani, ele continua sendo a principal referência dessa teoria pedagógica. Entretanto, diferente do HISTEDOPR, que tem na PHC sua principal referência pedagógica, é importante registrar que nem todos os GTs assumem e adotam a PHC como sua teoria pedagógica.

Tendo sido criada em 1979, em meio à ditadura civil-militar, no contexto de uma profunda crise política, econômica, social, cultural e educacional, como enfatiza a professora Lízia Nagel, não é apenas mais uma teoria pedagógica, nem é uma teoria neutra e descompromissada, muito menos, coloca-se a serviço da classe dominante.

Diferente disso, ela assume um compromisso explícito com a classe trabalhadora, com a transformação social, com a construção de uma nova educação e uma nova sociedade, com o desenvolvimento pleno do ser humano, com a emancipação humana. Saviani ressalta que “A vinculação entre interesses populares e

educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade. Se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata.” (Saviani, 2011, p. 72). Portanto, como somos trabalhadores, a PHC se constitui na nossa teoria pedagógica.

A partir de seu surgimento em 1979 até 2022, passaram-se 43 anos. Não resta dúvida de que se trata de uma significativa história. Sobretudo, quando pensarmos que “essa teoria saiu do nada”, passou da não existência a existência. Além disso, ao ser idealizada, seu autor não tinha em mente uma teoria educacional pronta e acabada que bastava “psicografar”. Ao contrário, foi sendo construída lenta e coletivamente ao longo do tempo.

Hoje, acumula uma grande produção teórica, com artigos publicados em periódicos, capítulos de livros, coletâneas e obras autorais. Já realizou muitas Jornadas e Seminários, atividades didáticas, debates e socialização de produções. Além disso, os GTs articulados ao HISTEDBR se multiplicaram, estão presentes e quase todos os estados brasileiros e já têm ensaiado diversas experiências práticas na tentativa de transformar a PHC na pedagógica oficial de estados e municípios.

O Paraná foi o primeiro estado a institucionalizar e transformar a PHC na teoria pedagógica oficial para toda a Rede Estadual de Educação. Fez isso em 1990, por meio do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná.

Este, provavelmente, foi o fato mais significativo e admirável já ocorrido na história da PHC. De acordo com o autor, “o terceiro capítulo de Escola e democracia, denominado “Escola e democracia II - Para além da teoria da curvatura da vara”, escrito em 1979, e publicado no livro *Escola e Democracia* em 1983, pode já ser considerado um esboço de formulação da pedagogia histórico-crítica. (Saviani, 2011, p. 6).

Registre-se que a institucionalização da PHC pelo estado do Paraná ocorreu cerca de 11 anos após a escrita do primeiro texto por Saviani, ou então, 6 anos após ela receber seu nome definitivo, ou ainda, 4 anos após a criação do HISTEDBR. O significado desse fato se eleva, sobretudo quando se observa que, naquele momento, o governo do Paraná era ocupado por Álvaro Dias, que pouco tempo antes, no dia 30 de agosto de 1988, havia protagonizado um fato desastroso e lamentável, atacando os profissionais da educação com forte aparato repressivo da polícia, cavalos e cães, portanto, não se tratava de nenhum governo simpático e, muito menos, defensor da PHC.

Todavia, a institucionalização da PHC pelo estado do Paraná, abriu espaço para uma série de municípios procurarem fazer o mesmo em suas redes municipais de educação.

É provável que a experiência mais significativa tenha ocorrido no município de Itaipulândia-PR², seguido pelo Departamento de Educação da

² Inspirado na obra do professor João Luiz Gasparin, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, “Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica”, o município de Itaipulândia realizou um extenso e intenso trabalho na rede municipal de educação na tentativa de construir um currículo próprio fundamentado na PHC. Gozando de condições favoráveis em função dos royalties da Itaipu, empreendeu-se a um longo processo de

Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, que, inspirado no processo de construção do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, durante dois anos (2006-2007), junto com representantes das secretarias municipais de educação dos 50 municípios a ela vinculados, também construiu coletivamente o “Currículo Básico para a Escola Municipal, publicado ao final de 2007”³.

Nessa esteira, também seguiram os municípios de Cascavel, Araucária e Cambé, no Paraná, Bauru, Presidente Prudente e Limeira, em São Paulo, e dos programas de formação “Escola Ativa e Escola da Terra”, na Bahia. O estado de Santa Catarina também tentou institucionalizar a PHC, mas não teve sucesso.

Quer dizer, uma vez institucionalizado o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, serviu como referência para diversos municípios, tanto na tentativa de também construir seus currículos próprios e institucionalizarem a PHC em suas redes básicas, quanto, realizarem programas de formação pautadas nessa teoria pedagógica.

No caso do Estado do Paraná, os governos que se sucederam a partir de 1990, cada um à sua maneira, trataram de inviabilizar a implementação da PHC, até que Beto Richa e Ratinho Jr., praticamente a eliminaram dos PPPs das escolas, da formação de professores. O atual governador Ratinho Jr., procura até mesmo apagá-la da mente dos professores. Praticamente, já não resta nada da institucionalização, do Currículo e das políticas de formação de professores fundamentadas na PHC. Só não dá para dizer que só sobraram as cinzas porque, amarelado e cheio de fungos, ainda restam alguns exemplares em algumas estantes de professores idosos e em bibliotecas antigas.

Os governos de Beto Richa (2011-2018) e Ratinho Júnior (2019- ...), não tiveram nem se quer a preocupação de escamotear e fazer um discurso dúbio em defesa da PHC e negá-la na prática. O que ocorreu e o que há de efetivo é a sua negação teórica e prática enquanto uma teoria e uma proposta pedagógica e a afirmação de qualquer “coisa”, que, no limite, e, no máximo, constitui-se numa prática pedagógica que se coaduna com os interesses empresariais, mesmo assim, no pior dos sentidos, pois, nem se quer se trata de uma educação voltada à preparação de profissionais para as novas exigências e necessidades da indústria, do comércio, da produção, numa palavra, para o mercado, pois, convém-lhes a formação ou a formatação de um trabalhador completamente ignaro, docilizado e alienado, pronto para se submeter incondicionalmente aos interesses pobres e mesquinhos dos senhores do capital.

formação e discussão, de melhoria das condições de trabalho, inclusive, implementando um Plano de Desenvolvimento Educacional – PDE, exclusivo para os profissionais da educação do município.

³ Pretendia-se construir um currículo pela AMOP fundamentado no materialismo histórico-dialético. Contudo, é importante mencionar que, a despeito de a PHC adotar esse método, em momento algum, o Currículo da AMOP se reivindicou como inspirado e ou fundamentado nessa teoria pedagógica. O que ocorreu foi que os proponentes desse currículo se inspiraram no processo de construção do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná para também construir coletivamente um currículo próprio para todos os municípios da Região Oeste do Paraná.

Contudo, a história não é linear, move-se por contradição. Isso significa que o próprio surgimento da PHC decorre de uma necessidade social, qual seja, a da exigência por parte dos educadores, de uma educação de novo tipo que respondesse aos desafios da época. Lembremos que a institucionalização do Currículo ocorre no contexto recente pós-ditadura, de redemocratização, portanto, de fortalecimento das lutas contra o autoritarismo e a repressão, de ascenso dos movimentos sociais, das lutas e dos fóruns em defesa da Escola Pública e da conquista de direitos institucionalizados pela Constituição de 1988, denominada de Constituição Cidadã, mas também no momento de ascenso do que denomino de ultraliberalismo, que no senso comum, é chamado comumente e equivocadamente de neoliberalismo, e, portanto, de ataques cerrados à Escola Pública. Nessa senda também entram os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) – proposta de educação privatista, adequada aos tempos denominados de “neoliberais”.

A criação da PHC e a institucionalização do Currículo, por sua vez, revelam o esgotamento das pedagogias existentes, denominadas por Saviani, de Não-Críticas e Crítico-Reprodutivistas, pois, não davam conta nem de superar o problema da marginalidade social e, muito menos, de erigir uma educação omnilateral, que possibilitasse o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Não obstante, considerando-se que se trata de uma teoria pedagógica contra hegemônica e transformadora, que vivemos numa sociedade capitalista, e que não encontra guarida nem apoio para sua implementação, por parte da maioria dos governos, é louvável que, mesmo remando contra a corrente, muitos docentes ainda resistem e insistem na propagação e defesa da PHC. Contudo, demanda de bastante trabalho, de ações mais ousadas, planejadas e articuladas, tendo em vista a definição de estratégias para sua disseminação, conhecimento, apropriação, defesa e implementação.

Entre a sua elaboração inicial e o atual momento, presenciamos a destruição da União Soviética e os ideólogos do capitalismo chegaram a cantarolar “o fim da história”, repetindo a cantilena de que não restava alternativa ao capitalismo e, conseqüentemente, à sociedade e à educação existente. Para isso, empenharam em arregimentar o pensamento único.

Na América Latina e no Brasil, saímos da ditadura e, por um breve período, experimentamos a democracia burguesa. Porém não nos livramos dos golpes. Depois dos trabalhadores terem conquistado alguns poucos direitos com a Constituição de 1988, a classe dominante se rebelou, derrubou a Presidente Dilma, e, ensandecida, partiu novamente para o ataque.

A derrubada da Presidente, contudo, foi apenas o primeiro golpe, aquele que escancarou as portas para infundáveis outros, todos desfechados contra os trabalhadores. Nenhuma das reformas realizadas a partir de 2016 implicou qualquer custo para os capitalistas. Todas as reformas e os ataques foram desfechados contra os trabalhadores. Dentre elas mencionamos: a chamada “PEC do fim do mundo” que congelou os gastos em educação e saúde por 20 anos; a aprovação da reforma trabalhista, que praticamente acabou com os direitos dos

trabalhadores; a aprovação da terceirização e do trabalho intermitente, que além de intensificar o trabalho, precariza ao extremo; a reforma da previdência, feita sob sigilo de informações, que praticamente acaba com a possibilidade de os trabalhadores se aposentarem e, caso consigam, terão que trabalhar por muito mais tempo e receber muitíssimo menos benefícios. Isso faz com que, dentre os 44 países mais desenvolvidos, o Brasil seja o 43º pior para se aposentar. Além disso, presenciamos o ataque aos sindicatos, minando suas possibilidades de sustentação, de organização e de luta dos trabalhadores e a devastação das florestas, a destruição do patrimônio público e a inundação de agrotóxicos. (Orso, 2020).

No campo educacional, vemos as insistentes tentativas de se instituir a Escola “sem” Partido, a escola da mordança, e a famigerada educação domiciliar, a *homeschooling*; a nomeação de ministros da educação ignorantes, corruptos, avessos à educação, à ciência e à escola pública, os sucessivos ataques ao FUNDEB; a entrega dos recursos do FNDE aos defensores do privatismo e a ampliação dos projetos privatistas, como o Future-se em âmbito federal e a LGU no Paraná; os ataques ao livro didático; as tentativas de se reescrever a história, mantendo apenas a versão dos vencedores, como vem sendo feita à mais de 500 anos; o negacionismo, as ofensivas contra as ciências humanas, a militarização das escolas, a substituição da ciência pela fé, por credulidades e especulações, os sucessivos e infundáveis cortes de recursos destinados à educação e à manutenção das instituições educacionais e à realização de pesquisas, o fim dos concursos públicos, o não cumprimento da data base e a não reposição das perdas inflacionárias, a perseguição e criminalização dos que se opõem ao “pensamento único” e às práticas autoritárias; a privatização dos poços do Pré-Sal, cujos recursos, aprovados pelo governo Dilma, 75% deles deveriam ser destinados à educação e 25% para a saúde. (Orso, 2020).

Além disso, vimos o ataque às ciências humanas, a aprovação da Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular – a BNCC, praticamente sem discussão com os educadores, o empobrecimento e até mesmo o falseamento e o desvirtuamento dos conteúdos escolares, e a transformação das escolas e dos docentes em meros repassadores de informações pobres, abstratas e descontextualizadas. (Orso, 2020).

No seu conjunto, essas reformas e medidas levadas a cabo pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro transformam as promessas de melhoria da educação e de educação em tempo integral, em meras peças de ficção e ilusionismo – degradam as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, comprometem o presente, abortam os sonhos e projetos futuros, e reduzem a pó até mesmo as possibilidades de realizar as tais competências e habilidades, tanto propaladas por esses governos e pela classe dominante. (Orso, 2020).

Essas reformas, todavia, não representam apenas uma regressão à Educação Tradicional. Afinal, ela valorizava os professores, os conteúdos e a escola; nem representam um recuo à Escola Nova, pois, ela valorizava o papel ativo e criativo dos alunos; não representa nem se quer a volta ao Tecnicismo, que,

assim como o positivismo, defendia a suposta neutralidade científica. As atuais reformas, sob pretexto de combater a partidarização, a ideologização e a doutrinação, atacam e negam a ciência, partidarizam, ideologizam, doutrinam e empobrecem a educação. (Orso, 2020, p. 45).

Trata-se de políticas que não apenas mudam para não mudar nada, ou então, que mudam tudo para deixar tudo como está. Como afirmo em meu livro *“Um espectro ronda a educação e a escola pública”*, realizam uma espécie de mix, juntam educação tradicional, tecnicismo, escolanovismo, fenomenologia e positivismo, colocam tudo numa espécie de liquidificador, misturam tudo e transformam no pior ecletismo, ao sabor do capital. (Orso, 2020, p. 42).

Não é novidade para ninguém, portanto, que estamos vivenciando num momento de verdadeiro retrocesso, que objetiva formar e manter a classe trabalhadora alienada, adestrada e submissa ao trabalho.

Tudo isso ocorre em meio à mais profunda crise pela qual passa o modo de produção capitalista, caracterizada pela destruição da bipolarização, pela decadência da hegemonia estadunidense, pelo desmonte das políticas e instituições públicas promovidas pelo unilateralismo e pela tentativa de imposição de um pensamento único ultraconservador.

Portanto, não se trata apenas de uma crise econômica. Muito mais do que isso, trata-se da crise de todo um modo de organizar a produção, a organização e a vida social, o capitalismo, cujos subprodutos, são a extrema concentração de riquezas, o crescimento estrondoso da extrema direita e do fascismo, a supressão de praticamente todos os direitos sociais, a generalização da pobreza, da fome e da miséria; o fomento de conflitos, de ódio, de violência e guerras.

Diante dessa realidade, precisamos mais do que nunca, não apenas de uma prática pedagógica revolucionária, necessitamos de uma teoria pedagógica revolucionária, que oriente toda a educação nessa perspectiva, como é o caso da pedagogia histórico-crítica, que, como dissemos, segue na contramão desse movimento, que adota o método materialista histórico-dialético, que se opõe ao negacionismo, defende a importância da escola, a importância da ciência e dos conteúdos escolares, a importância do professor, a existência da realidade objetiva e do saber objetivo, a importância da socialização dos conhecimentos científicos mais elaborados e a importância do planejamento escolar. Também defende a educação como um ato intencional, voluntário, planejado, sistemático e metódico. E, como dissemos, está comprometida com o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades humanas, com a omnilateralidade e a emancipação humana.

Em função disso o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná foi destruído e as diferentes tentativas, nos diversos lugares, de se instituir e implementar a PHC têm sido duramente atacadas. Diria que, dentre os principais motivos se encontra o fato de a PHC não ser apenas contra hegemônica, mas também devido a muitos professores não a conhecerem e não se reconhecem como trabalhadores. E, em decorrência disso, não a assumem como sua teoria pedagógica, não a defendem, nem se preocupam em implementá-la.

Em sentido contrário a isso, nosso grupo de pesquisa continua comprometido com esta teoria pedagógica, vem estudando, promovendo pesquisas, ensinando e articulando grupos de estudos no intuito de compreendê-la melhor, de defendê-la, difundi-la e implementá-la na prática pedagógica cotidiana.

Porém, para além da simples comemoração dos 32 anos do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná e dos 20 anos do HISTEDOPR, trata-se de, assim como se faz ao dirigir um carro, olhar para trás (pelo retrovisor), para a história, para o contexto micro e macro, para poder avançar.

Em função disso, o evento tem a finalidade de promover uma reflexão acerca dos caminhos percorridos, de onde viemos, os motivos pelos quais a PHC foi criada, a trajetória desenvolvida e os desafios que se colocam no atual momento à educação, aos educadores e à sociedade. Analisando-se a partir dessa perspectiva, a defesa da PHC aparece como uma exigência socioeducacional.

Diante disso, nos perguntamos, a destruição do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná e os ataques à PHC representam um fracasso? Como não somos adeptos às concepções maniqueístas e positivistas, diríamos que não se trata de fracasso nem de sucesso e sim de uma trajetória contraditória. Afinal, não podemos esquecer que vivemos numa sociedade de classes e, portanto, de luta.

Nesse intervalo de tempo, durante a institucionalização do Currículo e de vida do HISTEDOPR, mudou a realidade política, econômica e social, e também educacional. Ademais, considerando-se que o Currículo foi institucionalizado em 1990, muitos professores dessa época já deixaram as escolas e as salas de aula e muitos outros adentraram nelas. Destes, um grande número, a conhecem superficialmente, outros nem se quer ouviu falar do Currículo de 1990 e da PHC.

Em consequência disso, alguns intelectuais, de modo abstrato, falam em fracasso da PHC e do Currículo Básico enquanto proposta pedagógica. Afirmam que, devido a existência da sociedade capitalista e de governos comprometidos com sua defesa, não proporcionam as condições e os investimentos para “colocá-la em prática”. Portanto, dizem que ela é inviável, que só será possível implantar plenamente na medida em que a sociedade capitalista for superada.

É importante mencionar, no entanto, que a PHC não é uma teoria pedagógica para a sociedade futura, pós-capitalista, nem exclusivamente para a sala de aula. É uma concepção de educação, articulada à uma concepção de mundo e de sociedade. Nesse sentido, constitui-se numa teoria que objetiva fazer do conhecimento, um meio de conhecimento do mundo, da realidade, da sociedade e de si mesmo, é um instrumento de luta pela construção das condições adequadas para a realização dos ideais preconizados por ela. Por isso, é uma teoria pedagógica que veio para ficar. É para antes, durante e após a revolução.

É indubitável que os capitalistas e seus representantes não empreenderão esforços, nem irão criar as condições e aportar investimentos para implementar uma Teoria Pedagógica revolucionária e transformadora, ou seja, contrária a seus interesses e aos dos que os patrocinam, e coloca em questão o atual modo de produção, pois, vivem dele e se locupletam com ele.

No entanto, como dissemos, a história não se move linearmente. Ao contrário, desenvolve-se por contradição. Assim, aquilo que, num dado momento, provoca o desenvolvimento, também pode vir a paralisá-lo. Isso, por um lado, significa que, do mesmo modo que a crise política, econômica, social e educacional, conjugada com a ditadura civil militar, que afligiu nosso país entre 1964 e 1985, contraditoriamente, colocou em movimento a Pedagogia Histórico-Crítica, por outro, os avanços educacionais conquistados no período da redemocratização, também colocaram em movimento as forças disruptivas, ou se quiserem, destrutivas, no intuito de aniquilar a PHC, o Currículo e a formação de professores calcada nessa teoria pedagógica.

Todavia, a despeito das peripécias, caso queiramos verificar o significado e o impacto da PHC, do Currículo Básico e do HISTEDOPR, especialmente no Paraná, basta fazer um exercício mental de abstração e tentar imaginar como seria se a PHC não tivesse sido criada, se ela não tivesse sido institucionalizada por meio do Currículo e se o HISTEDOPR não existisse. Pense em todos os avanços teóricos e práticos, nas pesquisas, na produção teórica, nas práticas pedagógicas, nas conquistas salariais, nos planos de carreira, na melhoria dos investimentos na formação dos profissionais da educação e na infraestrutura das escolas e universidades, na Gestão Democrática, no PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), na difusão pelo estado do Paraná e pelo Brasil, na produção de material didático e na resistência à infinidade de tentativas de destruição da escola pública paranaense pelos governos.

O fato é que a PHC tem sido utilizada como um instrumento de luta, tornou-se símbolo de conquistas e de resistência. Sem sombra de dúvida, caso ela não tivesse sido criada e o Currículo Básico para a Escola Pública no Paraná não tivesse sido institucionalizado, pode-se afirmar que a educação paranaense, assim como as condições de trabalho e vida dos profissionais da educação não seriam as mesmas.

Mas, se apesar da destruição do Currículo e de todos os ataques, remando na contramão da história, a PHC continua viva, deve-se ao fato de não ter sido implantada à fórceps, pelo alto, por ter sido uma construção coletiva e ter sido assumida pelos educadores em suas bases, comprometidos com a construção de uma nova educação e uma nova sociedade. Nesse quesito, o HISTEDOPR merece destaque por seu empenho e atuação tanto no estudo, na organização de grupos de estudo, nas pesquisas realizadas e na sua defesa e difusão para além do âmbito paranaense.

Considerando, portanto, que, como dissemos anteriormente, a história se move por contradição, uma vez que as condições que colocaram tanto a PHC quanto o Currículo Básico não foram superadas, aquilo que levou à destruição do Currículo, do PDE, da formação docente e da gestão democrática, junto com a precarização do trabalho docente, também está colocando novamente a necessidade de uma resposta à altura dos desafios do momento.

Por fim, quero dizer que estamos vivendo um momento crucial, tanto na educação como na sociedade. E como a PHC considera que a educação e a sociedade caminham juntas, cabe aos educadores, comprometidos com uma nova sociedade, empreender todo o esforço possível para transformar essa realidade.

Ademais, é um contrassenso e um absurdo um professor, que é um trabalhador da educação, defender e ou apoiar políticos e partidos que defendem outro tipo de armamento que não seja o do conhecimento, que defendem concepções e práticas fascistas, que propagam o ódio, a violência, a destruição do meio ambiente, a destruição de direitos dos trabalhadores, os cortes de recursos da educação, a negação da ciência, o desmonte da educação e da escola pública.

Desse modo, convidamos a todos para se somarem na luta, tanto em defesa da PHC, como da educação e de um mundo melhor.

Referências

ORSO, P. J. **Um espectro ronda a educação e a escola pública**. Uberlândia-MG: Editora Navegando, 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Básico Para a Escola Pública do Estado do Paraná**. Curitiba, PR: SEED, 1990.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ª edição, Campinas-SP: Autores Associados, 2022.